

# Mantidos monopólios da União

## Serviços telefônicos de transmissão de dados e telegráficos exclusivos do Estado

BRASÍLIA — A Constituinte manteve ontem, em segundo turno, o monopólio estatal nos serviços de transmissão de dados, telefônicos e telegráficos. Emenda suprimindo a exclusividade na transmissão de dados, de autoria do deputado José Mendonça Bezerra (PFL-PE), teve apenas 49 votos a favor, 307 contra e nove abstenções. O texto da futura Constituição estabelecerá que a União poderá permitir a participação nos serviços de empresas sob controle acionário estatal.

Os parlamentares não conseguiram consenso e deixaram para votar hoje, numa sessão que excepcionalmente será iniciada às 9 horas, um dispositivo que faculte aos estados explorar diretamente, ou mediante concessão à empresa estatal, com exclusividade de distribuição, os serviços locais de gás canalizado.

Emenda do deputado Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA), sobre o assunto, foi rejeitada por não alcançar quórum de maioria absoluta (foram 61 sim, 265 não e cinco abstenções). Mas o impasse se deu na votação de outra emenda sobre o mesmo tema, do deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), que pretendia retirar apenas a expressão "empresa estatal". Am-

bas as emendas tinham objetivo de facultar também à iniciativa privada a distribuição de gás canalizado, que é usado em larga escala apenas em São Paulo e no Rio de Janeiro.

### CENSURA

A ausência da deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) determinou a rejeição regimental de uma emenda sobre a censura classificatória, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e de televisão. A deputada pretendia retirar do Inciso XVI do artigo 21 a expressão "efeito indicativo", ampliando a ação da censura nesses meios de comunicação.

A emenda que levou ao encerramento da sessão, às 20h30, causou certa confusão, porque havia duas propostas, de textos parcialmente diferentes, sobre o mesmo assunto: do deputado Messias Góis (PFL-SE) e do senador Nelson Wedekin (PMDB-SC). Eles queriam a inclusão, entre os bens dos estados, das ilhas oceânicas e marítimas já ocupadas pelos estados. A emenda Góis pretendia colocar as ilhas que estivessem no domínio dos estados, enquanto a emenda Wedekin propunha entre os bens as ilhas já pertencentes aos estados. Feita a votação da emenda Góis, constatou-se a falta de quórum: votaram sim 200 constituintes, não, 11, e foram registradas 11 abstenções, totalizando 222 votos, bem abaixo do mínimo exigido de 280 presentes.

## Censura, só classificatória

● Exploração de petróleo — É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios, além dos órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural.

● Faixa de fronteira — A faixa de fronteira para fins de defesa do território nacional é de até 150 quilômetros de largura.

É da competência da União:

● Polícias — organizar e manter a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária e Ferroviária federais, a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e dos Territórios.

● Censura — Exercer a classificação, apenas para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão.

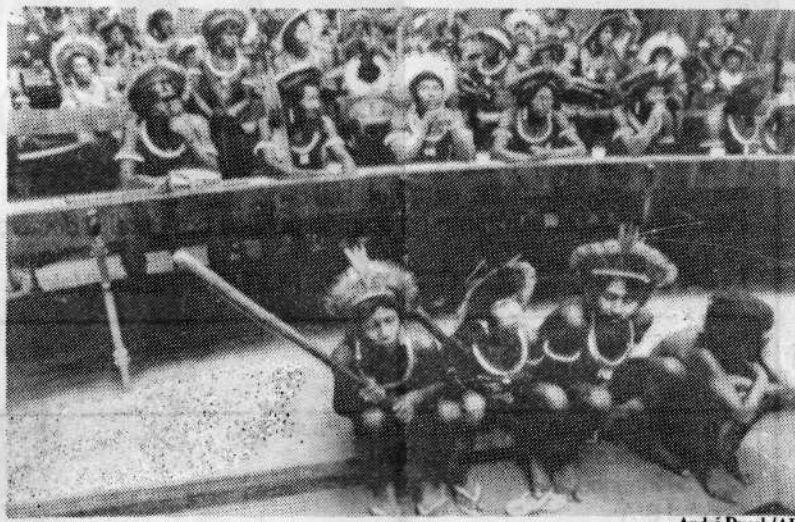
● Anistia — É privativo da

competência da União conceder anistia.

● Energia nuclear — Explorar os serviços e instalações nucleares de qualquer natureza e exercer monopólio estatal sobre pesquisa, lavra, enriquecimento e processamento, industrialização e comércio de minérios nucleares e seus derivados.

● Direitos — Legislar sobre Direito Civil, Comercial, Penal, Processual, Eleitoral, Agrário, Marítimo, Aeronáutico, Espacial e do Trabalho, além de legislar sobre desapropriações, águas, energia, informática, telecomunicações, radiodifusão e serviço postal.

● Organização — Legislar sobre a organização do Sistema Nacional de Emprego e condição para o exercício de profissões, organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios e organização administrativa destes.



Inocência acusa PMDB de querer aprovar Carta falsa

## Inelegibilidade leva a tumulto

### GRITOS

BRASÍLIA — A questão da inelegibilidade dos parentes de titulares de cargos eletivos provocou trocas de acusações, ontem, no plenário da Constituinte, entre as lideranças do PMDB e do PFL. Os peemedebistas acusaram o PFL de tentar obstruir as votações, e os pefelistas retrucaram com a afirmação de que o PMDB não comparece às sessões. A discussão provocou o segundo adiamento, pelo presidente Ulysses Guimarães, da votação da matéria.

O desentendimento começou quando Ulysses anunciou a votação de um texto sobre o assunto resultante de acordo entre as lideranças partidárias. O acordo propõe, para a parte permanente, texto igual ao da atual Constituição, e transfere para as disposições transitórias o texto que está na parte permanente do projeto. Neste texto, que seria aplicado apenas nas eleições municipais deste ano, são excluídos da inelegibilidade os parentes dos titulares que não tenham exercido ainda metade do mandato.

Inocência Oliveira (PFL-PE) alegou que se iria incluir "matéria nova" na parte permanente, o que exigiria a concordância de todas as lideranças, e seu partido não assinara o acordo. Nelson Jobim (PMDB-RS) protestou, alegando que o deputado José Lins (PFL-CE), assinara o texto pela liderança. "Vem cá", chamou, enérgico, Inocência Oliveira, que estava junto do microfone ao lado. Os dois conversaram alguns minutos e, em seguida, Jobim pediu outra vez a palavra: "Recebi uma informação peremptória do eminente líder: a de que o PFL não faz entendimento algum em relação a essa Constituição. O PMDB revolta-se contra essa posição e denuncia à Nação a tentativa de obstrução do PFL".

"Não aceitamos as insinuações do líder do PMDB", rebateu Inocência. "Através de gritos, ele tenta marcar imagem diferente. Temos relatório em mãos do computador desta Casa, demonstrando que quem mais faltou às sessões da Constituinte foi o PMDB e não o PFL. Se existe uma intenção deliberada de aprovar uma Constituição falsa, irreal para o País, ela é do PMDB e não do PFL", afirmou.

O líder do PDS, Amaral Netto (RJ), ficou ao lado do PFL: "Nenhum partido aqui pode sabotar nem neutralizar a Constituinte a não ser um, que é o partido presidido por V.Exa. (Ulysses), o PMDB, que tem 236 membros e muitos não aparecem. O PMDB é o dono da Constituinte". Ulysses, diante de uma situação, que, como disse, "discrepa do andamento dos trabalhos", adiou a votação.

Na mesma sessão, a Constituinte concluiu a votação do dispositivo relativo à elegibilidade dos militares, e dele excluiu apenas a parte que determinava a agregação "a partir da filiação partidária". A emenda que excluía essas expressões do Inciso II do Artigo 8º, de autoria do deputado Homero Santos (PFL-MG), foi aprovada por 284 votos contra 121 e 5 abstenções.

O dispositivo repete o texto da atual Constituição, com a mudança, apenas, de cinco para dez anos nos prazos. O militar alistável, portanto, passará a ser elegível nas seguintes condições: se tiver menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se espontaneamente da atividade; se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, eleito, passará automaticamente para a inatividade, no ato da diplomação.

## Serra: os privilégios poderão ser nocivos

Quando a Constituinte votar as disposições referentes à participação do capital estrangeiro no Brasil, os políticos deverão prestar a máxima atenção num aspecto pouco ressaltado até agora: a preferência que as empresas públicas devem dar a companhias nacionais na contratação de bens e serviços. Caso seja confirmada essa orientação, conforme a votação do primeiro turno, as consequências serão catastróficas para a economia.

O prognóstico é do deputado José Serra (PSDB-SP), preocupado em reverter o que foi votado até agora. "Há muita gente atirando errado na discussão do papel do capital estrangeiro", afirma Serra. Isso porque, caso as empresas estatais tenham de dar tratamento preferencial às companhias brasileiras, surgirão graves

distorções de preços e desemprego.

"As companhias brasileiras poderão cobrar o que bem entenderem, pois não sofrerão concorrência e isso onerará os cofres públicos." As multinacionais, restará mandar seus empregados embora por não poderem participar de um mercado em pé de igualdade com as demais empresas. Serra prevê ainda que o Brasil terá dificuldades em participar de licitações internacionais, por causa dessa restrição. "E até mesmo os consórcios para concorrências públicas internas serão inviáveis", reitera o parlamentar, que reconhece existirem outros problemas nos dispositivos aprovados no primeiro turno, como as restrições a exploração de minerais por parte de empresas estrangeiras.

## Brasil fabrica hemoderivados

BRASÍLIA — O Brasil tem a competência necessária para produzir todos os hemoderivados de que precisa. Para defender essa tese na Constituinte, o grupo que faz o lobby da proibição de comercialização do sangue e dos seus derivados (garantida no texto aprovado em primeiro turno) levou ontem aos parlamentares um estudo técnico sobre o assunto, encomendado ao Conselho Federal de Medicina. No documento, o presidente da entidade, Francisco Costa, afirma que "a produção de derivados de sangue não importa uma tecnologia sofisticada ou de ponta. Ela é complexa, mas já está totalmente dominada pelos bioquímicos brasileiros".

Os parlamentares mais ligados a questões de saúde ouviram também ontem as explicações do vice-ministro do México, Jaime

Martuscelli, e de técnicos dos hemocentros de Pernambuco e de Brasília. "No mundo inteiro a comercialização do sangue é vedada. No Brasil, a manutenção do texto aprovado em primeiro turno não vai trazer nenhum problema", afirmou o deputado Carlos Sant'Anna, líder do governo.

### ÍNDIOS

Também os índios fizeram lobby ontem na Constituinte. Tentaram, sem conseguir, falar com o líder do PMDB, Nelson Jobim, sobre o temor de que as terras que ocupam passem a ser domínio dos Estados e não da União. Mesmo assim, o cacique Celestino, da tribo xukuru-kariri, defendeu, com outros 60 indígenas, a manutenção do status federal de suas terras.



Índios temem que suas terras passem para os estados